

# NOTAS ECONÓMICAS

8

**BERNARD RAVENEL** MÉDITERRANÉE ET MONDIALISATION

**MAURIZIO MISTRI** CHANGING PREFERENCES AND COGNITIVE PROCESSES

**ELIAS SOUKIAZIS** THE ENDOGENEITY OF LABOUR SUPPLY THROUGH MIGRATION

**CARLOS JOSÉ FONSECA MARINHEIRO** O TEOREMA DA EQUIVALÊNCIA RICARDIANA: UMA APLICAÇÃO À ECONOMIA PORTUGUESA

**JOÃO PAULO CERDEIRA BENTO** LE PARTENARIAT EURO-MÉDITERRANÉEN

**JOSÉ PEDRO PONTES** RETÓRICA E COMUNICAÇÃO PARA ECONOMISTAS

**MARGARIDA SANTOS LOPES** UM PEDAÇO DE PRESENTE POR UM FRAGMENTO DE FUTURO

**JOÃO TOLDA** ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E INOVAÇÃO NA REGIÃO CENTRO

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COC



## Trocar um pedaço do presente por um fragmento do futuro

**Margarida Santos Lopes**

Quando Benjamin Netanyahu foi eleito primeiro-ministro de Israel, em Maio de 1996, as apostas eram as de que o processo de paz seria interrompido ou recuaria à estaca zero. Ideólogo do "Grande Israel", com pouca experiência de poder (tinha sido apenas embaixador na ONU e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros) e rodeado de incompetentes "falcões", ele não augurava nada de bom. Foi, portanto, com apreensão que árabes, americanos e europeus receberam a notícia da vitória do amador direitista Netanyahu e da derrota do veterano trabalhista Shimon Peres.

Poucos deram o benefício da dúvida ao novo líder israelita, com a simbólica excepção do Rei Hussein da Jordânia, que já mantinha relações de amizade com o chefe do Likud.

Hoje, um ano depois de Netanyahu ter sido eleito, as relações de Israel com os árabes, e sobretudo com o palestinianos, atravessam a mais grave crise desde a assinatura dos acordos de Oslo em 1993.

Quer isto dizer que o processo de paz morreu? Ainda não. Está apenas magoado, mas as feridas ainda podem ser cicatrizadas. Porque, segundo a definição de um diplomata, os acordos de Oslo são "uma camisa de forças" da qual israelitas e palestinianos não conseguem libertar-se.

Netanyahu, recorde-se, foi sempre um implacável crítico de Oslo. Quando se candidatou à chefia do Governo nem admitia a possibilidade de se encontrar com o presidente palestiniano, Yasser Arafat, e já depois de eleito adiou o mais possível esse frente-a-frente. Assim que tomou posse, renunciou à equação "território em troca de paz", e só procedeu à retirada parcial do Exército de Hebron, na Cisjordânia, depois de ter forçado a renegociação de um acordo assinado por Peres. Antes desse "reposicionamento" (20 por cento da cidade continua sob ocupação), tropas israelitas e polícias palestinianos envolveram-se em sangrentos confrontos provocados pela controversa decisão de Netanyahu de abrir ao turismo um túnel junto dos lugares sagrados islâmicos de Jerusalém.

Depois de Hebron — uma concessão na bíblica "Judeia e Samaria" que ofendeu profundamente a direita messiânica —, Netanyahu achou que deveria compensar os ultra-nacionalistas e religiosos do seu campo construindo um novo colono judeu no sector árabe de Jerusalém e procedendo apenas a uma insignificante retirada das áreas rurais da Cisjordânia.

Estas decisões enfureceram os palestinianos, que se lançaram numa nova Intifada, e os Estados árabes, que desistiram da normalização de laços com Israel. Mas, embora a crise seja muito grave, talvez não seja correcto passar já uma certidão de óbito ao processo de paz.

O problema de Netanyahu é que ele sente relutância em admitir que precisa de Arafat para garantir a segurança que prometeu aos israelitas; do mesmo modo que Arafat precisa de Netanyahu para concretizar o Estado independente que prometeu aos palestinianos.

"Netanyahu só agora começou a compreender a irreversibilidade dos acordos de Oslo", comentou recentemente o historiador israelita Meron Benvinisti. "Mas ele ainda não compreendeu que Oslo também significa que ambas as partes têm de resolver o seu conflito em conjunto".

Enquanto Netanyahu continuar a agir unilateralmente, consumando factos no terreno sem consultar os palestinianos, optando pelo domínio em vez do respeito, a paz será sempre adiada.

As acções de Netanyahu são a prova de que ele ainda resiste ao que já concluiu (no seu livro "A Place Among the Nations") ser inevitável: um Estado palestiniano. E foi por isso que ele sugeriu terminar em seis meses um processo que deveria ficar concluído apenas em 1999, guardando intactos os trunfos territoriais para ceder o mínimo a Arafat nas negociações finais.

Com tantos erros — intencionais ou não — cometidos num ano de poder, Netanyahu poderá encontrar uma saída, airosa e honrosa, na formação de um Governo de unidade nacional com Shimon Peres, o artífice do processo de paz.

Esta aliança, se for bem sucedida, provará que, em Israel, há mais em comum do que se julga entre a direita e a esquerda quando o tema são os árabes. Apesar de o mundo ser mais intransigente com a direita e mais indulgente com a esquerda.

Har Homa, o colonato que Netanyahu está a construir na colina de Jebel Abu Ghneim, para cortar o cordão umbilical que une a Cisjordânia a Jerusalém Leste, era um projecto dos trabalhistas; o polémico túnel que Netanyahu abriu em Jerusalém era um projecto trabalhista; quem anexou o sector oriental de Jerusalém e impôs restrições ao crescimento da população árabe na cidade foram os trabalhistas; quem iniciou a colonização judaica depois da guerra de 1967 foram os trabalhistas; quem mais expropriou terras palestinianas (1/3 das quais depois dos acordos de Oslo) foram os trabalhistas; quem mais praticou a política dos castigos colectivos (encerramento dos territórios, recolher obrigatório, detenções administrativas, demolições de casas, deportações...) foram os trabalhistas.

Quando Shimon Peres aprovou o bombardeamento — deliberado, segundo as Nações Unidas — do quartel dos “capacetes azuis” em Caná, no Líbano, matando dezenas de civis, foram tímidos os protestos. E até Arafat, ignorando que entre os mortos havia refugiados palestinianos, ofereceu uma “prenda” a Peres: aceitou o adiamento da retirada de Hebron e revogou as cláusulas da Carta da OLP que previam a destruição de Israel. Na esperança vã de ajudar Peres a ganhar as eleições.

“Sempre construímos em Jerusalém sem escândalos”, vangloriou-se Peres desdenhando da decisão de Netanyahu de construir Har Homa “no momento errado”.

Num Governo de unidade nacional, talvez o líder trabalhista ensine ao chefe do Likud que a paz só se obtém quando se oferece contrapartidas ao adversário. Mesmo que simbólicas.

Sami Sheibat, um líder estudantil palestiniano deportado por Israel no início da Intifada disse um dia ao seu professor Sari Nusseibeh: “Israel domina o presente, mas o futuro pertence aos palestinianos. O que é preciso é organizar um intercâmbio: trocar um pedaço do futuro que os palestinianos detêm por um fragmento do presente que os israelitas possuem”.

O problema de Netanyahu, ao contrário de Peres, é não estar ainda preparado para uma troca. Ainda não está disposto a abdicar do “Grande Israel” para Arafat ter a sua “Pequena Palestina”.

